

- Relatório de Atividades do Núcleo Especializado

Núcleo: Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Coordenadora em exercício: Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes

Período Compreendido: 13 de maio de 2011 a 13 de novembro de 2011

Número de Integrantes efetivos:

De 13 de maio de 2011 até a presente data: três integrantes efetivos - Anai Arantes Rodrigues (Coordenadora), Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar) e Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva)

Desde 25 de junho de 2011 a Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo, Anai Arantes Rodrigues, encontra-se em gozo de licença maternidade.

Número de Integrantes Membros/Colaboradores:

De 13 de maio de 2011 até 20 de setembro de 2011: **20 (vinte) integrantes:** Anai Arantes Rodrigues (coordenadora), Ana C. F. Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar), Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva), Tatiana Semensatto de Lima Costa (1ª Defensoria Pública do NHABURB), Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Bruno Ricardo Miragaia Souza (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Lot da Silva Nunes (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Pires Pereira, Carolina Dalla Valle Bedicks (6ª Defensoria Pública do NHABURB), (7ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernanda Tatari Frazão de Vasconcelos (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Jairo Salvador de Souza (9ª Defensoria Pública do NHABURB), Maria Beatriz de Alcântara Sá (10ª Defensoria Pública do NHABURB), Paulo Fernando de Andrade Giotri (11ª Defensoria Pública do NHABURB), Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando Catache Borian, (13ª Defensoria Pública do NHABURB) e Carlos Eduardo Targino da Silva (14ª Defensoria Pública do NHABURB); Carlos Henrique Aciron Loureiro (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB).

De 20 de setembro de 2011 até 28 de outubro de 2011: **19 (dezenove) integrantes:** Anai Arantes Rodrigues (Coordenadora), Ana C. F. Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar), Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva), Tatiana Semensatto de Lima Costa (1ª Defensoria Pública do NHABURB) Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Bruno Ricardo Miragaia Souza (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Lot da Silva Nunes (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Pires Pereira, Carolina Dalla Valle Bedicks (6ª Defensoria Pública do NHABURB), (7ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernanda Tatari Frazão de Vasconcelos (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Jairo Salvador de Souza (9ª

Defensoria Pública do NHABURB), Maria Beatriz de Alcântara Sá (10ª Defensoria Pública do NHABURB), Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando Catache Borian, (13ª Defensoria Pública do NHABURB) e Carlos Eduardo Targino da Silva (14ª Defensoria Pública do NHABURB); Carlos Henrique Aciron Loureiro (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB).

De 28 de outubro de 2011 até a presente data: **20 (vinte) integrantes:** Anai Arantes Rodrigues (Coordenadora), Ana C. F. Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar), Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva), Tatiana Semensatto de Lima Costa (1ª Defensoria Pública do NHABURB) Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Bruno Ricardo Miragaia Souza (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Lot da Silva Nunes (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Pires Pereira, Carolina Dalla Valle Bedicks (6ª Defensoria Pública do NHABURB), (7ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernanda Tatari Frazão de Vasconcelos (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Jairo Salvador de Souza (9ª Defensoria Pública do NHABURB), Maria Beatriz de Alcântara Sá (10ª Defensoria Pública do NHABURB), Luisa Lins Veloso (11ª Defensoria Pública do NHABURB), Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando Catache Borian, (13ª Defensoria Pública do NHABURB) e Carlos Eduardo Targino da Silva (14ª Defensoria Pública do NHABURB); Carlos Henrique Aciron Loureiro (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB).

Atividades Desenvolvidas

1) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos

O Núcleo de Habitação e Urbanismo continua atualizando site com jurisprudência e legislação sobre o tema.

Ademais, o Núcleo de Habitação e Urbanismo, por meio dos membros efetivos, apresentou no Pré-Encontro Cível tese institucional acerca da inconstitucionalidade de remoções forçadas pelo Poder Público de comunidades carentes, sem o devido processo judicial.

2) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos

2.1. Medidas Judiciais e Extrajudiciais propostas isoladamente

A - Lista de ações propostas no período

| PROCESSO | AÇÃO / OBJETO | FASE ATUAL |
|------------------------------|---|--|
| Alameda Nothmann | Ação civil pública requerendo a condenação da Prefeitura em promover o atendimento habitacional para famílias atingidas por uma reintegração de posse | Petição juntando relação de pessoas interessadas |
| Favela dos Eucaliptos | Ação civil pública requerendo a condenação da Prefeitura para promoção de regularização fundiária de área inserida em Zona Especial de Interesse Social | Distribuição da Petição Inicial |

Destaca-se que a atuação nestes dois casos diretamente pelo Núcleo se deu em razão, no primeiro caso, da urgência da medida e, no segundo caso, em razão da área estar localizada em uma área demarcada como Zona Especial de Interesse Social, somado ao fato da impossibilidade de atendimento pela Unidade de Santana.

B - Lista de ações extrajudiciais

B.1 - Tratativas com o DERSA acerca de atendimento habitacional a ser oferecido aos moradores do Jd. Oratório que estão residindo em local inadequado em razão do prolongamento da Av. Jacu Pêssego, referentes a obras do trecho sul do Rodoanel. As tratativas correm paralelamente à ação judicial que trata desse mesmo tema e têm como objetivo o atendimento dessas famílias que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, de forma mais célere. No período, foram feitas quatro reuniões com representantes do DERSA. Contudo, na última reunião a DERSA manifestou-se no sentido de que não vai atender as famílias que sofreram os efeitos da construção do Rodoanel e que se encontram ainda no local. O Núcleo de Habitação e Urbanismo está em discussão com os integrantes a fim de estudar eventual outro encaminhamento, para além da ação civil pública já proposta.

B.2. – Tratativas com o DERSA acerca do atendimento habitacional a ser oferecido com as iminentes remoções em razão da construção do Trecho Norte do Rodoanel. O Núcleo de Habitação e Urbanismo e as Unidades de Santana e Guarulhos estiveram em reunião com o DERSA na qual foi apresentada à Defensoria a importância da obra e quais seriam as medidas mitigadoras do seu impacto que a empreendedora deverá providenciar segundo o Estudo de

Impacto Ambiental, inclusive qual será a solução habitacional a ser dada aos moradores de assentamentos irregulares. Na reunião, o DERSA se comprometeu a nos enviar o Plano de Reassentamento e de manter diálogo com a Defensoria inclusive para subsidio de informações.

B.3. –Participação de Reuniões do Conselho Gestor e das Audiências Públicas do Projeto Nova Luz no centro de São Paulo.

O Núcleo de Habitação e Urbanismo participou de uma das reuniões do Conselho Gestor da ZEIS do Projeto Nova Luz e da audiência pública do respectivo projeto e mantém diálogo constante com os conselheiros.

B.4. - –Participação de Reuniões do Conselho Gestor da Operação Urbana Água Espreada.

O Núcleo de Habitação e Urbanismo participou da última reunião do Conselho Gestor da Operação Urbana Água Espreada, que ocorreu no mês de outubro de 2011.

B.5 - -Acompanhamento da remoção de moradores da Alameda Nothmann no mês de agosto, bem como da remoção dos moradores da Comunidade Cantinho da Paz, ambas as comunidades com ações ajuizadas pelo Núcleo de Habitação.

2.2. Medidas Judiciais propostas conjuntamente com Defensor Natural

No período, não foram propostas ações conjuntamente com Defensor Natural.

3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas

No período, foi realizado junto com a EDEPE o seminário sobre os impactos sociais da COPA 2014. O seminário contou com a participação de aproximadamente 90 (noventa) pessoas, de comunidades, entidades da sociedade civil e movimentos populares.

Ainda, foram realizadas reuniões com a EDEPE para discutir sobre a organização de um seminário, a ser realizado, de formação e capacitação de defensores, teórica e prática, na temática da habitação e urbanismo.

4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas

O Núcleo Especializado, nesse semestre, enfatizou o intercâmbio entre as mais diversas entidades, sejam públicas ou privadas, para execução de suas atividades.

Essa postura pode ser elucidada por meio dos seguintes exemplos:

4.1. Manutenção e aprimoramento do convênio com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica - EM/PUC. Importante frisar que esses convênios, para além de um mecanismo de encaminhamento de casos, mostram-se importantes por manter um canal aberto de diálogo e troca de experiências entre a instituição e os conveniados, de fundamental importância. Por exemplo, são diversas as ações que são acompanhadas de forma conjunta entre a Defensoria Pública e o Escritório Modelo, sendo que a primeira é responsável pelas questões jurídicas e o segundo pela parte técnico-social, tendo em vista que o Núcleo não dispõe de profissionais na área. A partir de fevereiro, estabelecemos uma dinâmica de realização de reuniões mensais com as entidades conveniadas, em especial o EM/PUC, para acompanhamento e discussão de casos, buscando o aprimoramento do convênio firmado.

As reuniões mensais resultam em uma maior integração entre as entidades, o que gera uma melhor defesa das comunidades atendidas.

4.2. Encerramento da III Jornada da Moradia Digna e Lançamento da IV Jornada da Moradia Digna. A Jornada é uma das grandes atividades do núcleo, realizada em conjunto com diversos setores da Defensoria (Ouvidoria-Geral e EDEPE) e externos a ela, como Escritório Modelo da PUC, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, União dos Movimentos de Moradia, entre muitas outras entidades. Trata-se de um espaço de formação e articulação dos mais diversos setores em torno da temática da habitação. Sua organização envolve grande energia por parte de toda a equipe do núcleo.

Atualmente o grupo organizador se reúne com o objetivo de encerrar formalmente a III Jornada da Moradia Digna por meio da elaboração de um jornal. Ademais, iniciaram-se os preparativos para a realização da IV Jornada da Moradia. Iniciamos a organização com o chamamento de todos os Núcleos Especializados da Defensoria Pública para integrar a organização, tendo em vista a proposta aprovada na Conferência Estadual da Defensoria Pública de 2011 com a seguinte redação: "Fortalecer a integração das ações da Defensoria Pública e dos núcleos para que a próxima Jornada da Moradia integre outros temas de Direitos Humanos".

Destaca-se que o evento da "Jornada da Moradia Digna" será apresentado como prática exitosa no X Congresso Nacional dos Defensores Públicos, em novembro de 2011.

4.3. Diálogo constante com o Ministério Público. O Núcleo de Habitação também exerceu atividades em conjunto com o Ministério Público, principalmente participando de reuniões com promotores, juntamente com a comunidade, como para discutir a Operação Urbana Água Espreada e para discutir questões ligadas a comunidade Vila Nova Esperança.

4.4. Diálogo constante com Subprefeituras. O Núcleo também manteve diálogos com Subprefeituras como Ipiranga, Vila Prudente e Penha com o objetivo de salvaguardar os interesses de comunidades carentes que estavam sendo ameaçadas de despejo.

5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado

O Defensor Douglas Tadashi Magami integra o Conselho Estadual de Saneamento do Estado de São Paulo – Consema.

6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado

Além dos já citados compilação e encaminhamento de jurisprudências, sugestões de atuação, modelos, notícias etc. relacionados ao tema, o Núcleo Especializado está permanentemente à disposição dos defensores naturais para esclarecimento de dúvidas, auxílio em casos específicos, troca de ideias sobre questões variadas ou qualquer outra demanda que se fizer presente. No período o Núcleo de Habitação e Urbanismo fez reuniões para discussões de caso específicos com duas unidades: Santana e Santo Amaro.

Para fortalecer esse canal de auxílio e torná-lo presente aos defensores públicos, o Núcleo de Habitação e Urbanismo continuou um processo de visita às unidades para apresentação do núcleo e seu trabalho, bem como para verificar quais as questões específicas de cada unidade na atuação nessa seara.

No período objeto do presente relatório, o Núcleo se reuniu com a Regional do ABCD e a unidade da Nossa Senhora do Ó.

Neste período as visitas não foram realizadas no número que se pretendia, em razão das diversas viagens realizadas em razão do acompanhamento das Pré-conferências estaduais.

7) Acionamento de Cortes Internacionais

Não foi acionada Corte Internacional nesse período.

8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública 2009/2011

O núcleo participou do III Ciclo de Conferências da Defensoria Pública, sem prejuízo de sempre buscar cumprir o Plano Anual de Atuação vigente. No período a que se refere esse relatório, as principais ações do núcleo no sentido de implementar o plano foram: acompanhamento administrativo e judicial de casos em que há risco ao direito à moradia e à cidade, com especial atenção a casos em que a comunidade se encontra em área de risco; atuação judicial e extrajudicial com vistas a evitar a prática de remoções compulsórias; participação em Audiências Públicas que tratam de questões afetas ao direito à cidade e à moradia; participação de reuniões para discussão de projetos de lei afetos à temática; continuidade da execução do projeto de regularização fundiária do Jardim Jaqueline. Maiores informações sobre essas ações podem ser encontradas ao longo do presente relatório.

O acompanhamento das propostas afetas à temática do Núcleo Especializado do II Ciclo de Conferências, que embasaram a confecção do Plano Anual de Atuação 2009/2011,

pode ser conferido no II Relatório de Monitoramento das Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Com relação ao III ciclo de Conferências da Defensoria Pública, o Núcleo de Habitação participou de todas as pré-conferências regionais e da Conferência, onde houve profícuo debate e consenso sobre as propostas a serem levadas à Plenária.

Além disso, antecipando-se à aprovação das propostas pelo E. Conselho Superior, o Núcleo instaurou um procedimento administrativo para cada proposta aprovada pela Plenária no intuito de contribuir para o aprimoramento do monitoramento da efetivação de tais propostas.

9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais

O Núcleo está fazendo reuniões mensais com os organizadores da III Jornada da Moradia Digna para promover seu fechamento e dar início às discussões da IV Jornada.

O Núcleo também participa de reuniões mensais com o Comitê Popular da Copa de 2014.

O Núcleo de Habitação participou de evento no dia 17 de setembro do presente promovido pelo “Movimento Nossa Itaquera” e “Movimento Copa para quem?” com todas as comunidades que serão afetadas pelas obras da Copa do Mundo de 2014, no intuito de ouvi-las e conscientizá-las acerca de seus direitos.

Além disso, o Núcleo de Habitação participou da Semana de Mobilização dos Comitês Populares da Copa, momento em que foram organizados dois eventos. O primeiro, já mencionado, com o apoio da EDEPE, foi a realização do Seminário denominado “Impactos Sociais da Copa de 2014”. O segundo foi a realização de atendimento jurídico coletivo e individual, inclusive de educação em direitos, em Itaquera, em algumas das Comunidades que poderão ser afetadas pelas obras da Copa do Mundo de 2014, com o apoio da unidade móvel.

10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências

Desde novembro de 2010 a coordenação do núcleo compõe a diretoria da Comissão de Regularização Fundiária do CONDEGE. Tal comissão está em um processo difícil, tendo em vista que a então Presidente da Comissão, a Dra. Adriana Brito, Defensora Pública do Rio de Janeiro, não mais exerce atividade junto ao Núcleo de Terras do Rio de Janeiro e também não pertence mais à Comissão. Em novembro, no Congresso Nacional dos Defensores Públicos, está agendada a reunião da Comissão. Na oportunidade serão dados os encaminhamentos necessários para a manutenção da comissão e suas atividades.

11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade

O núcleo manteve o canal aberto para o debate, realizando reuniões, com representantes de instituições e entidades ligados à temática da habitação para, conjuntamente, estabelecer temas prioritários de atuação e construir eventuais políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.

O principal exemplo dessa atuação são os debates em torno dos impactos da Copa 2014 no Estado e no país, dos quais o núcleo vem participando e que têm como objetivo pensar formas de garantir que as intervenções públicas por conta desse megaevento tragam benefícios permanentes à população, especialmente no que diz respeito à ordem urbanística, bem como minorar ao máximo os impactos sociais negativos, em especial em virtude das grandes remoções.

Além disso, no período, a coordenação participou de duas audiências públicas (uma sobre o Projeto Nova Luz e outra sobre a Operação Urbana Água Espreada), nas quais a população atingida e o Poder Público debateram acerca da implantação das respectivas políticas públicas.

12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade

O Núcleo de Habitação, no período, não participou de nenhuma discussão acerca de projetos de lei, ou discussões acerca de modificações legislativas.

É importante esclarecer, que estamos no aguardo de posicionamento da APADEP para articulação conjunta dos projetos de lei de interesse do Núcleo.

13) Outras ações desenvolvidas

A - Projeto Jardim Jaqueline.

O projeto de regularização Fundiária do Jardim Jaqueline faz parte do contrato firmado entre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o Ministério das Cidades, no âmbito do Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, Linha de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais de Áreas Urbanas, entre as atividades específicas de regularização fundiária.

Os trabalhos previstos no contrato 0281117-26/2008 – DDPESP/MCidades - estão sendo realizados por empresa contratada pela Defensoria Pública, mediante processo de licitação N° 1459/2009, Tomada de Preços nº 003/2010. Foi firmado em 03 de janeiro de 2011 o contrato nº 59/2010 com a empresa Extrema Construções Ltda. Faz parte do escopo dos trabalhos previstos no edital: levantamento planialtimétrico cadastral; diagnóstico urbanístico-ambiental; cadastro e diagnóstico sócio-econômico e organizativo; planta de parcelamento e dos lotes individualizados com os respectivos memoriais descritivos; coleta e organização da documentação: qualificação do titular; comprobatória de posse; declarações assinadas

necessárias à instrução/requerimento administrativos das ações de usucapião e concessão especial para fins de moradia (CUEM) e elaboração de banco de dados.

Em continuidade aos trabalhos relatados no último relatório semestral do Núcleo, serão consideradas as atividades realizadas de Maio a Novembro de 2011.

Neste período foram entregues e avaliados 4 (quatro) relatórios de medição dos trabalhos técnicos executados pela empresa contratada, além de reuniões de planejamento, vistorias técnicas semanais e elaboração de relatórios de acompanhamento. Dentro dos trabalhos realizados pelo Núcleo destacam-se:

- Reuniões de Planejamento realizadas nos dias 01/06/2011, 08/07/2011, 28/07/2011, 29/07/2011, 04/08/2011, 31/08/2011, 21/09/2011, 06/10/2011, 17/10/2011. Participantes: Representantes da Defensoria Pública e da empresa Extrema Construções Ltda. Principais assuntos tratados: Apresentação da metodologia de trabalho empregada, demandas da contratante e delimitação do Banco de Dados.

- Reunião entre Defensoria e lideranças locais – 28/06/2011 e 13/10/2011. Participantes: Defensoria Pública: Coordenadora Auxiliar do Núcleo e Arquiteta Agente de Defensoria, Tatiana Zamoner. Representantes da União de Moradores do jardim Jaqueline: Elisabete Silva e Nívea. Os encontros com os representantes dos moradores têm como objetivo avaliar a recepção dos moradores e lideranças em relação ao projeto e identificar possíveis conflitos e sugestões ao trabalho de campo em andamento.

- Reunião com grupo gestor responsável pelo contrato com MCidades 28/07/2011 e 05/07/2011 – Participantes: Representantes da Defensoria Pública – Núcleo de habitação e Urbanismo, Departamento Financeiro e Assessoria de Convênios. Principais temas discutidos: Readequações nas medições entregues para liberação dos recursos referentes às primeiras medições dos trabalhos realizados; liberação dos recursos previstos para o projeto pelo Ministério das Cidades e prorrogação de prazo do contrato;

- Vistorias técnicas dos trabalhos efetuados pela empresa contratada no Jardim Jaqueline: 08/06/2011, 14/06/2011, 12/07/2011, 17/08/2011, 26/09/2011, 05/10/2011, 13/10/2011, 21/10/2011, 28/10/2011.

- Acompanhamento das reuniões do Fórum Permanente de representantes dos moradores do Jardim Jaqueline - 11/06/2011, 10/07/2011.

- Acompanhamento da apresentação da Operação Urbana Vila Sônia no CEU Butantã - 27/08/2011.

Acompanhamento do Seminário sobre o processo de Regularização Fundiária do Jardim Jaqueline, promovido pela empresa Extrema Construções Ltda, na Associação de Moradores do Jardim Jaqueline - 13/09/2011

- Apresentação do plano de habitação inserido na Operação Urbana Vila Sônia, na subprefeitura do Butantã - 15/09/2011.

- Reuniões internas de Planejamento e Relatórios de Acompanhamento semanais.

B - Organização do núcleo. Em março de 2011, quando o núcleo passou a contar com uma equipe administrativa completa, iniciou-se um trabalho de organização do cartório e padronização dos Procedimentos Administrativos. Atualmente, todos os procedimentos administrativos encontram-se numerados e relatados.

Ademais, foi estabelecida uma rotina administrativa de fiscalização do andamento dos procedimentos. Uma vez por mês todos os procedimentos são vistos e tomadas as medidas judiciais e administrativas cabíveis.

C - Atuação judicial. Além das ações judiciais propostas no período, já elencadas no item “2.a” o núcleo acompanha, atualmente 68 (sessenta e oito) ações judiciais, como se pode observar pela tabela de acompanhamento de procedimentos administrativos com ações ajuizadas – Anexo I.

No período, foram recebidos 22 (vinte e dois) processos. Foram interpostas 5 (cinco) apelações, 1(um) agravo de instrumento, 2 (dois) agravos internos, dois (2) recursos extraordinários e 2 (dois) recursos especiais. Foram opostos 2 (dois) embargos de declaração. Foram apresentadas 4 (quatro) réplicas, 2 (duas) contrarrazões de apelação, 1 (uma) contrarrazões de recurso especial e 12 (doze) petições diversas.

D - Acompanhamento de procedimentos administrativos. O núcleo acompanha atualmente 300 (trezentos), dos quais 126 (cento e vinte e seis) procedimentos administrativos apuratórios em curso, tendo 66 (sessenta e seis) procedimentos administrativos de ações judiciais e 93 (noventa e três) procedimentos administrativos arquivados.

No período foram enviados 144 (cento e quarenta e quatro) ofícios, 71 (setenta e um) memorandos e 15 (quinze) cartas aos moradores.

Em anexo a tabela com os procedimentos administrativos não judiciais - Anexo II - contendo o último andamento.

Destaca-se que no presente relatório, optou-se por não apresentar o extrato detalhado do andamento de cada procedimento administrativo, em razão do volume excessivo, tendo em vista o número de procedimentos administrativos em andamento.

E - Atendimentos coletivos. Praticamente todos os dias são realizados atendimentos de comunidades que agendaram atendimento, seja para saber andamento de procedimento administrativo, seja para dar entrada em casos novos. A agenda de atendimento pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo – Anexo III.

Além dos atendimentos agendados, de segunda à sexta é comum o atendimento da população que se dirige ao Núcleo porque foi encaminhada pela triagem, para saber andamento de procedimento administrativo ou para trazer um documento. Nesses casos, alguém da equipe conversa com essas pessoas e, dependendo do caso, elas são atendidas na hora (entrega de documentos, por exemplo), ou é agendado atendimento (atendimentos mais

complexos, casos novos) – sempre se levando em consideração a urgência da situação relatada.

F – Reuniões e Eventos. Além dos atendimentos coletivos, o núcleo participa de diversas reuniões, com lideranças, entidades parceiras, representantes do Poder Público, Ministério Público etc., em geral para tratar de questões relacionadas ao atendimento de comunidades específicas. Eventualmente, tais reuniões se tratam de questões mais abrangentes, que dizem respeito a diversas comunidades, ou a alguma questão genérica ligada à temática da habitação e urbanismo. A agenda dessas reuniões também pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo de Habitação – Anexo III. Além das reuniões, o Núcleo participa de diversos eventos dos quais o núcleo participa, sejam internos à Defensoria Pública, sejam relacionados a algum procedimento administrativo, sejam relevantes à atuação do núcleo de uma maneira mais abrangente, podem ser verificados também na agenda no sítio eletrônico da Defensoria e no anexo III.

G - Reuniões ordinárias. As atas das reuniões ordinárias do núcleo podem ser verificadas no Anexo IV.

14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo

No período, não houve indeferimento de demanda por parte do Núcleo de Habitação.

Alguns casos encaminhados diretamente para o núcleo foram encaminhados, nos termos da Deliberação do Conselho Superior n. 139/10, para as respectivas unidades. Em geral, casos cuja complexidade não justificava a atuação do Núcleo Especializado, considerando a previsão de seu regimento interno. Nesses casos, foi elaborado ofício fundamentando-se o encaminhamento, bem como ressaltando a disponibilidade do núcleo em fornecer o suporte necessário. Tem-se procurado, ainda, fazer contato telefônico com a unidade antes do encaminhamento, para informar acerca desse e verificar melhor horário para agendamento do atendimento da comunidade. Em boa parte desses casos a unidade procurou o núcleo para orientação e envio de peças, tendo sido prontamente atendida. No período foram encaminhados três atendimentos para Unidade de Santo Amaro, um atendimento para a Unidade de Jabaquara e um atendimento para Unidade de São Miguel Paulista.

Os casos de arquivamento ou encaminhamento para convênios ou outros órgãos de execução foram todos aprovados em plenária do núcleo e podem ser verificados nas atas dessas e nas listas dos procedimentos administrativos.